A Participação das Mulheres no Trabalho Docente: Gênero e Poder na Ufes*

*Thimoteo Camacho***

> Ora, todos sabem que ricos e pobres não têm as mesmas oportunidades, o mesmo ocorrendo com brancos e negros, homens e mulheres.
>
> **Heleieth I.B. Saffioti**

Como explicar o fato de que a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), que tem uma população majoritariamente feminina, considerando-se a somatória dos seus três segmento (alunos, funcionários técnico-administrativos e professores), possua tão-somente 32% de mulheres no seu corpo docente? Como explicar o fato de que, sendo o magistério um espaço predominantemente de mulheres, a situação se inverta quando se considera o trabalho docente da Universidade? Como explicar o fato de que, sendo a Universidade pública um espaço de trabalho formalmente democrático e isonômico, sujeito a avaliações objetivas, nela persistam fenômenos como discriminação contra as mulheres e subordinação de gênero? Como explicar o fato de que as professoras da UFES estejam sub-representadas, bem abaixo da sua própria participação no corpo docente, nos órgãos decisórios e na alta direção da Universidade?

Estas, entre outras, são questões que pretendo levantar e tentar responder neste trabalho. Meu ponto de partida é o de que certas dificuldades inerentes à condição das mulheres nas suas relações com os homens, especialmente no mundo do trabalho, parte integrante das relações de gênero, dão pistas que vão permitir explicar o fenômeno da subordinação e da discriminação de gênero. Trabalhei com a hipótese – que pode ser confirmada pelos dados da pesquisa e pelas respostas contidas nos discursos dos sujeitos – de que a subordinação de gênero presente em nossa sociedade reaparece no cotidiano das micro-organizações, reproduzindo-se, embora de forma mais amena, no ambiente universitário de trabalho.

Para tanto, parti do referencial teórico que elaborou o conceito de **gênero**, utilizado por autoras feministas, como Joan Scott (1990) e Souza-Lobo (1989), que apontam para a dimensão social e política vírus das diferenças biológicas entre os sexos. O uso da noção de **poder**, como foi utilizado por Martín-Baró (1989) na Psicologia Social, indicou a presença de formas sutis de manifestação do poder e da ideologia, muitas vezes oculta, da dominação no ambiente de trabalho da instituição pesquisada.

A **Teoria da Resistência**, como é formulada e utilizada nas obras de Apple e

colaboradores (1989), permitiu o entendimento dos conflitos que emergem do cotidiano concreto que se manifesta no local de trabalho. O conceito de **capitalismo patriarcal**, formulado pelas feministas socialistas, especialmente Hartmann (1981), ajudou na compreensão da manifestação do machismo, subproduto dessa sociedade, a um patriarcal e capitalista.

A técnica da **análise gráfica do discurso**, desenvolvida por Lane (1985), para operacionalizar a Teoria das Repre-sentações Sociais, possibilitou a captação do movimento da consciência dos sujeitos, por meio da formação de núcleos de pensamento de significações centrais e periféricas. A finalidade foi compreender o conteúdo e o movimento da consciência dos sujeitos, constituídos pela linguagem e pelo pensamento, que são representações que o indivíduo faz do mundo.

Tomando o corpo docente da Universidade, considera-se o **poder** a partir das três seguintes possibilidades:

– Poder **acadêmico**, conferido a partir de critérios objetivos, como a titulação, a dedicação à pesquisa, ou o tempo de serviço (que permite a progressão funcional, até o nível de professor adjunto). Somente para a progressão há a exigência de todos os requisitos citados e mais a aprovação em concurso específico.

– Poder **administrativo**, ou o poder propriamente dito, referido à administração e gerência da Universidade. Atualmente, da reitoria aos colegiados dos cursos, representação nos conselhos e órgãos colegiados, passando pelas chefias de departamentos e direções de centros, a escolha é realizada por meio de eleições diretas, com a participação dos três segmentos, não havendo critério unificado para a eleição, que varia de centro para centro, entre formas de voto universal, proporcional ou paritário. Vale ressaltar que a eleição do reitor e vice-reitor processa-se via lista sêxtupla, cabendo ao Ministro da Educação e ao Presidente da República a nomeação do reitor e vice.

– Poder **sindical**, exercido pela entidade representativa dos professores, a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (Adufes), que é o sindicato dos professores, poder este alternativo aos demais poderes da instituição e diretamente vinculado ao *corpus* de professores enquanto categoria profissional. A diretoria do Sindicato é eleita pelo voto universal e direto do conjunto dos docentes associados à entidade, cujas deliberações e ações vinculam-se principalmente às reivindicações e defesa dos interesses da categoria.

Essas três formas de expressão e manifestação do poder e da correspondência delas entre si, bem como, e principalmente, as relações de poder e as relações de gênero inerentes a cada um deles e na conexão entre eles, devem ser também analisados.

Partilho da hipótese de que o Sindicato dos Professores (Adufes) é um espaço mais democrático que os demais setores da Universidade e, portanto, que a sua totalidade, na medida em que as deliberações são tomadas pelo conjunto dos associados reunidos em assembléia geral. Tal hipótese pode ser corroborada pelo fato – ligado à

preocupação central deste trabalho – de que as mulheres têm participação relativamente maior, quer a nível de direção, ou de militância na entidade dos professores, que nos demais setores da Universidade. No outro extremo, é justamente na gerência, administração ou direção da instituição (que chamo de poder administrativo), que se manifestam as várias formas de discriminação e subordinação das mulheres, bem como explícitas manifestações de machismo, como pretendo demonstrar a seguir.

Este trabalho situa-se na categoria de "estudo de caso", investigação no campo da Micro-Sociologia e da perspectiva da Psicologia Social que se pretende crítica. Assume uma postura multidisciplinar, rejeitando a divisão rígida entre os vários campos que compõem as Ciências Humanas, sem deixar de reconhecer a especificidade das diversas disciplinas que, no conjunto, contribuem para o conhecimento das relações sociais. A postura crítica da Psicologia Social surge como alternativa à compreensão dicotômica que opõe, no limite, o biologismo e o sociologismo, como ensina Sílvia Lane:

> Se por um lado a Psicologia enfatizava a história do indivíduo, a Sociologia recuperava, através do materialismo histórico, a especificidade de uma totalidade histórica concreta na análise de cada sociedade. Portanto, caberia à Psicologia Social recuperar o indivíduo na intersecção de sua história com a história da sociedade – apenas este reconhecimento nos permitiria compreender o homem enquanto produtor de sua história. (Lane, 1988:12-3).

Uma Psicologia Social crítica terá de partir das condições objetivas, concretas e historicamente referidas. Assim, o estudo do segmento de uma instituição, como uma universidade (a Ufes), deverá situá-la no contexto de um país capitalista e dependente, herdeiro de uma tradição fortemente marcada pelo patriarcalismo, ou melhor, **capitalismo patriarcal** (Hartmann, 1981). Rejeitando a neutralidade científica, a Psicologia Social assume uma postura política. E uma psicologia política define-se pela luta contra a opressão, quer seja ela econômica, política, social, racial ou de gênero. Enfim, uma **psicologia da libertação** (Martín-Baró, 1989).

Esta pesquisa procurou enfatizar a problemática da presença relativamente pequena das mulheres no corpo docente e da sub-representação feminina nos órgãos de direção da Universidade (no que se refere ao poder, a participação das mulheres é inferior, proporcionalmente à quantidade de docentes na instituição). A presença numericamente inferior de mulheres no corpo docente (32%) contrasta com o número de alunas (52%) e funcionárias (58%). Em termos de comparação, pode-se dizer que esses dados não diferem muito dos dados gerais para a Universidade Pública brasileira. Corpo docente: 35% de mulheres; alunado: 53% de mulheres.[1]

O objetivo da pesquisa foi o de discutir as relações de gênero, trabalho e poder numa

instituição universitária (a Ufes) e a subordinação das mulheres no mundo do trabalho na sua relação com os homens. Trata-se de testar a hipótese, com a qual venho trabalhando, da persistência da discriminação e do preconceito de gênero no interior da Universidade. Em uma primeira avaliação, a partir das primeiras impressões, foi possível constatar que, ao contrário do que se poderia esperar, a Universidade (uma instituição pública privilegiada, espaço científico da produção e transmissão do saber) não difere muito, considerando o objeto desta pesquisa, de outros setores do mundo que a circunda.

A TEORIA DA RESISTÊNCIA

Adoto o ponto de vista da Teoria da Resistência, elaborada originalmente por teóricos vinculados à pesquisa ligada à Sociologia da Educação (Apple, 1989; Enguita, 1989; Giroux, 1983), porém de enfoque multidisciplinar. Tal preferência liga-se ao fato de que essa abordagem permite o entendimento dos fenômenos sociais a partir do cotidiano, do *locus* concreto da sua ocorrência (fábrica, escritório, escola, meio rural), recuperando a subjetividade sem olvidar da sua necessária inserção na realidade político-social circundante. A perspectiva da Teoria da Resistência assume a postura crítica frente ao Liberalismo, ao Positivismo e à pretensa neutralidade científica. Também critica, embora de forma menos contundente – por encontrar elementos verdadeiros inclusive na crítica ao Liberalismo – os teóricos da Reprodução (Bourdieu/Passeron), para os quais instituições como a Universidade não passam de correia de transmissão da ordem social vigente.

É preciso ter o entendimento de que o mundo privado é o espaço da ação política tanto quanto o mundo público; que o trabalho doméstico é tão fundamental quanto qualquer outra dimensão do trabalho, intelectual ou material; que a Universidade, como qualquer outro espaço de trabalho, não é nem uma máquina azeitada capaz de preparar peças ajustadas ao sistema de produção (***Teoria do Capital Humano***[2], ramo do Liberalismo), nem a produção pura e simples da ideologia do sistema dominante, podendo ser, no entanto, o espaço privilegiado da resistência, da criatividade e da ação política, guardadas as devidas proporções e tendo consciência dos limites dessa ação.

Essa postura teórica terá, necessariamente, de assumir o ponto de vista do ***Feminismo***, ou seja, da dimensão crítica do feminismo frente à opressão de gênero, de classe, de raça; da dimensão socialista do feminismo (Hartmann, 1981) e da dimensão radical do feminismo que privilegia a noção de gênero (Scott, 1990; Souza-Lobo, 1989; Alvarez, 1986).

A NOÇÃO DE PATRIARCADO

Utilizo também as noções de ***gênero*** e ***patriarcado***, inicialmente usadas por teóricas feministas, especialmente as norte-americanas, na tentativa de encontrar o *status*

conceitual de categorias como *classe social e raça/etnia* no tratamento de questões como o preconceito, a discriminação e a subordinação das mulheres. As análises feministas, por não se constituírem em conjuntos teóricos acabados, são tributárias de teorias mais maduras ou elaboradas, como o Liberalismo, o Marxismo e a Psicanálise.

A noção de ***patriarcado*** foi analisada com propriedade por Hartmann (1981), em trabalho no qual tenta uma aproximação entre as teorias feministas e a teoria marxista. Hartmann entende que a maioria das análises marxistas clássicas (Marx, Engels, Lenin, Kautsky) enfocam a mulher mais do ponto de vista econômico do que nas suas relações com o homem. É como se houvesse uma "questão feminina" permeando a literatura marxista tradicional, bem diferente da "questão feminista" que trata das causas das desigualdades e da dominação machista. As feministas radicais, por outro lado, segundo Hartmann, com sua ênfase desproporcional na reprodução, e na biologia, têm dificuldade em perceber como o ***sexo*** (um fenômeno biológico) torna-se ***gênero*** (um fenômeno social). Se o marxismo tem sido cego para o sexo (***sex-blind***), o feminismo tem sido cego para a história (***blind to history***). A conclusão de Hartmann de que o marxismo é insuficiente para o entendimento da posição das mulheres na sociedade – enquanto tratamento específico – e de que o feminismo radical é aistórico e idealista, culmina com sua proposta de aliança entre o feminismo e o marxismo, uma proposta feminista socialista. Deve haver uma aliança "fraterna", diz Hartmann, que supere os preconceitos de ambos os lados: não só a luta de classes; não só a questão feminista, mas o ***Feminismo Socialista***.

Hartmann identifica a sociedade atual, de relações sexo-gênero, como patriarcal. Como não há o puro patriarcado, ou o puro capitalismo, ela propõe a denominação ***Capitalismo Patriarcal***. Uma sociedade pode estar passando, por exemplo, pela transição do capitalismo ao socialismo, porém mantendo-se patriarcal. Os seguintes elementos, arrolados por Hartmann, constituem-se nos elementos do patriarcado: casamento heterossexual (e conseqüente homofobia); cuidado feminino das crianças; trabalho doméstico; dependência econômica das mulheres em relação aos homens (reforçada por certas características do mercado de trabalho); Estado e numerosas instituições baseadas nas relações sociais entre os homens, como clubes, esportes, profissões, universidades, Igrejas, corporações e instituições militares.

> Podemos definir o patriarcado como um tipo de relação social entre os homens, que tem uma base material e que, embora hierárquico, estabelece ou cria interdependência e solidariedade entre eles, que os habilita a dominar as mulheres (Hartmann, 1981: 14).

Outro elemento importante, destacado pela autora, para a permanência do patriarcado no modo de produção capitalista é o salário diferenciado. O crescimento da participação feminina no mercado não

indica, e as estatísticas confirmam, isso uma decadência da instituição familiar, porém a institucionalização da *dupla jornada de trabalho*. Outro argumento que comprovaria a aliança entre o patriarcado e o capitalismo, para Hartmann, é a divisão sexual do trabalho no interior da força de trabalho. Essa divisão destina às mulheres atividades mal remuneradas: elas são preferencialmente professoras, secretárias, assistentes sociais, enfermeiras, faxineiras, telefonistas.

> A opressão de gênero e a opressão de classe são duas faces da mesma moeda: o capitalismo patriarcal. Como feministas socialistas devemos organizar a prática que contemple tanto a luta de classes, como a luta anti-patriarcal (Hartmann, 1981: 33).

PSICOLOGIA SOCIAL E PODER

A problemática do *poder* é analisada por Martín-Baró (1989), da perspectiva da Psicologia Social, assumindo uma postura crítica frente ao psicologismo que tem dominado a Psicologia Social norte-americana, especialmente as correntes positivista e behaviourista. Baró se propôs a construir uma Psicologia Social crítica, voltada para a realidade latino-americana, da perspectiva das classes sociais oprimidas e subordinadas. O autor critica categorias baseadas em explicações que considera psicologizantes, como ***cultura da pobreza e resignação frente ao destino***, imputadas às classes populares. A própria Psicologia Social pode, então, elaborar explicações mais de acordo com a realidade social a que se refere, explicações não psicologizantes, portanto.

> O poder se dá em todos os aspectos da vida social humana e, do ponto de vista da Psicologia Social, pode ser muito mais importante analisar seu papel na configuração da vida cotidiana, nos mecanismos das rotinas, nos acontecimentos excepcionais. Em todos esses casos, uns têm poder sobre os outros, o que significa que aos filhos, alunos, trabalhadores lhes cabe obedecer e/ou submeter-se, a não ser que decidam rebelar-se e disputar o poder com pais, professores e patrões (Martín-Baró, 1989: 92).

Podemos acrescentar aos exemplos do autor (pai x filhos, professor x alunos, patrão x operários) a relação homem x mulher. Essa relação, que denominamos *relação de gênero* revela que uma parte – os homens – tem poder sobre a outra parte – as mulheres –, a quem cabe submeter-se, a não ser que decida rebelar-se e disputar o poder com os homens.

Entre os aspectos relativos ao poder, da perspectiva da Psicologia Social, Baró destaca a tendência a ocultar-se, inclusive negando-se a si mesmo como poder e apresentando-se como exigência natural e razão social. Cita Michel Foucault, para quem "o poder é tolerado só com a condição de mascarar uma parte importante de si

mesmo" (Foucault, apud Baró, 1989: 95).

Como os dominados (operários, negros, mulheres) poderão reagir ao poder imposto pelos dominantes (patrões, brancos, homens)? Uma alternativa é a capacidade de rebelar-se contra esse poder de forma organizada, por meio do Movimento Operário, do Movimento Negro, do Movimento das Mulheres. Se o poder tem a tendência e a capacidade de ocultar-se, valendo-se da ideologia dominante, a outra alternativa pode ser a construção de uma contra-ideologia.

> Quando fazemos falar o silêncio que sustenta a ideologia, produzimos um outro discurso, o contradiscurso da ideologia, pois o silêncio, ao ser falado, destrói o discurso que o sustentava. (Chauí, 1980: 25)

O CONCEITO DE GÊNERO

Sônia Alvarez (1986) desenvolve o conceito de gênero, que vai operacionalizar, na tentativa de compreender a atuação política das mulheres, principalmente das feministas do período final da ditadura militar brasileira, que coincide com o auge do feminismo no Brasil. por intermédio da noção de gênero foi possível, segundo Alvarez, à teoria feminista e à ciência social feminista avançar na compreensão das relações entre transformação social e o papel desempenhado nessa transformação pelas mulheres.

> Gênero tem sido o conceito mais utilizado para analisar as relações entre a subordinação das mulheres e as transformações sociais e políticas. Gênero denota o significado político, social e histórico referido a um determinado sexo. Alguém nasce macho ou fêmea; alguém é "feito" homem ou mulher. E o processo de "fazer" homem ou mulher é histórica e culturalmente variável, podendo, portanto, ser potencialmente alterado através da luta política e das políticas públicas. Entretanto, a maneira como os interesses de gênero são definidos e articulados no interior das instituições políticas dá pistas para o entendimento das relações entre "mulher" e "política" (Alvarez, 1986: 14).

As dimensões de *poder* que a categoria ***gênero*** encerra, como campo privilegiado da articulação do poder, podem ser encontradas em Scott (1990). Para esta autora, a referência ao gênero feminino não indica somente o conjunto de homens e mulheres diferenciados por sexo. Isso porque o termo, como categoria analítica, é parte de um esforço teórico para ultrapassar a mera descrição dessa oposição binária e responder à questão de como o ***gênero*** se articula na dimensão social. A própria linguagem, para Scott, é um código genereficado que encerra as diferenças hierárquicas quando referidas ao feminino ou ao masculino.

Os estudos de ***gênero*** em substituição

aos "estudos sobre a mulher" obtêm legitimidade acadêmica. O termo ***gênero*** adquiriu ainda um conteúdo social e relacional das distinções baseadas no sexo. Para Scott, são duas as dimensões fundamentais que devem ser consideradas a partir do conceito de ***gênero:***

> 1 – o gênero como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças perceptíveis entre os sexos;
> 2 – gênero como forma básica de representar as relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis (Scott, 1990: 14).

A Universidade Federal do Espírito Santo possuía, em 1992, ano da realização da pesquisa, 1.010 professores para 8.528 alunos e 2.165 funcionários técnico-administrativos. Esses dados revelam a seguinte proporção entre os três setores: 8.4 alunos por professor; 3.9 alunos por funcionário; 2.1 funcionários por professor. (Estes dados servem apenas para fins comparativos, uma vez que somente o corpo docente da Ufes é o objeto de investigação e análise deste trabalho)

Embora a carreira do magistério seja considerada uma atividade tipicamente feminina, caracterizando inclusive um dos ***guetos*** da atuação das mulheres no mercado de trabalho[3], essa regra não é observada na Ufes, que tem em seu corpo docente 68% de professores e apenas 32% de professoras. Vale ressaltar que esses números não diferem muito dos dados gerais para o terceiro grau, no que se refere ao pessoal docente das instituições de ensino superior oficial no Brasil, que apresenta uma relação de 65% a 35% favorável aos homens (Cf. "República da Ignorância", *Folha de S.Paulo*, 1991).

A presença numericamente superior de homens no corpo docente das universidades públicas, em comparação com o primeiro e segundo graus, pode ser considerado como mais um aspecto da discriminação das mulheres. E isso se deve ao fato de que o salário, o prestígio social e as condições de trabalho nas universidades públicas são consideravelmente melhores do que a situação verificada nos níveis primário e secundário.

Quanto à direção da Universidade, os dados da pesquisa revelam que as mulheres estão sub-representadas, mesmo em relação à sua própria presença minoritária no corpo docente. Com relação aos cargos de direção, verifica-se que os professores do sexo masculino predominam, quer se considere a alta direção da Universidade, as direções de centros, as coordenações dos colegiados de cursos ou as chefias de departamentos. A exceção a essa regra, na Ufes fica por conta do Centro Pedagógico e de departamentos como Serviço Social e Biblioteconomia (CCJE), onde as professoras constituem ampla maioria. Pelo quadro abaixo, pode-se notar a distribuição por sexo na ocupação dos cargos de chefia e direção:

- Chefia de Departamentos: Mulheres – 20%
- Coordenação de Colegiados de Cursos: Mulheres – 40%
- Direção de Centros: Mulheres - 33%
- Conselhos Superiores (CEPE,

Conselho Universitário, Conselho Curador): Mulheres – 28%

– Alta Direção da Universidade[4]: Mulheres – 21%

Certamente, no mundo do trabalho privado as condições são ainda mais perversas em termos de subordinação das mulheres. Uma reportagem do *Los Angeles Times* revelou que, embora as mulheres representem metade da mão-de-obra do estado norte-americano da Califórnia, elas contam apenas 4% do quadro dos altos executivos (Apud Escobar, 1993).

> Uma reportagem publicada pela revista americana Businees Week conseguiu chegar ao número dessa injustiça: um em cada 21 profissionais brancos masculinos tem oportunidade de ascensão às gerências médias ou superiores; para homens negros a proporção é de um para cada 42; para mulheres brancas, uma em cada 136; e para mulheres negras, uma em cada 289. (Escobar, 1993: 19)

Foi possível chegar, no transcorrer deste trabalho, às seguintes conclusões:

– a subordinação das mulheres existe na Universidade. Ela pode ser sentida na sub-representação feminina no corpo docente e, principalmente, pela participação minoritárias das professoras nos cargos de direção;

– o entendimento dessa situação é diverso, quer se trate de respostas dadas por homens ou por mulheres. Segundo os homens, as mulheres não se articulam porque não se interessam e não querem uma agenda cheia, que envolva compromissos noturnos ou nos fins de semana. Para as mulheres, há outro tipo de dificuldade: não se trata de ***não querer***, mas de ***não poder*** mesmo. Não há escolha, no entender delas, quando se está frente à dupla jornada de trabalho;

– tomando-se as três formas de poder analisadas, pode-se concluir que:

- o *poder acadêmico*, embora confira prestígio intelectual, limita-se a isso;
- aquilo que chamei de *poder administrativo* é o que, em última instância, toma as decisões na Universidade. Além de conferir pres-tígio, os cargos de direção são agra-ciados com verbas de repre-sentação e gratificação;
- o *poder sindical,* por ser alternativo aos demais poderes, funciona como uma espécie de contrapoder, apresentando-se como um espaço mais democrático em termos de relações de gênero, na comparação com o todo da comunidade universitária

Esta pesquisa revelou também que:

– a maioria dos sujeitos entrevistados representa o ***feminismo*** como um movimento radical. Para alguns (homens e mulheres), esse radicalismo foi excessivo, exagerado, tendo trazido prejuízos para o próprio reconhecimento do movimento;

- o tema do ***trabalho doméstico*** teve respostas nitidamente diferentes, conforme se tratasse de homens ou de mulheres. As mulheres denunciam a carga da dupla jornada de trabalho e até da tripla jornada de trabalho. As respostas masculinas para o trabalho doméstico tendem para o conceito de "ajuda", de participação eventual e de que as mulheres, afinal, são mais competentes nesse campo de atividade;

- o tema do ***aborto*** dividiu os sujeitos entrevistados mais por questões de foro íntimo. Uma minoria de sujeitos entrevistados elaborou uma explicação científica do aborto que o colocasse em termos de liberdade de escolha ou preservação da vida;

- também ficaram divididos os professores na discussão do tema da ***homossexualidade***. A representação dos sujeitos revelou a interferência das convicções e das posições religiosas sobre o que é certo ou errado. Alguns dos sujeitos entrevistados manifestaram a opinião de que a opção homossexual interfere negativamente no ambiente de trabalho, mesmo tratando-se de uma universidade. ■

Bibliografia

ALVAREZ, Sonia. *The Politics of Gender in Latin America: comparative perspectives on women in the Brazilian transition to democracy*. Tese de doutorado. Yale University, 1986, mimeo.

APPLE, Michael. *Educação e Poder*. Porto Alegre, Artes Médicas: 1989.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Claude. *A Reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CAMACHO, Thimoteo. *Relações de Poder e Relações de Gênero na Universidade – o caso da Ufes*. Tese de doutorado. PUC/SP, 1994, mimeo.

CHAUÍ, Marilena. *Repressão Sexual – essa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DADOS ESTATÍSTICOS. Pró-Reitoria de Administração. Boletins nº 8, 1992, 9, 1993 e 10, 1994.

ENGUITA, Mariano. Educação e teorias da resistência. *Educação e Realidade*. Porto Alegre 14(1): 3-16, jan/jun 1988.

ESCOBAR, Maristela. Por que tantas mulheres trabalham e tão poucas chefiam? *Nova* (16-19), março, 1993.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Série República da Ignorância*, out/nov de 1991.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

HARTMANN, Heidi. The unhappy marriage of marxism and feminism: toward a more progressive union. In: SARGENT, Lydia (Org). *Women and Revolution*. Boston: South Press, 1981.

LANE, Sílvia T. M. Uma técnica de análise do discurso. *Simpósio Interamericano de Psicologia*. Caracas, 1985, mimeo.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. *Sistema, grupo y poder. Psicología Social desde Centroamérica*. San Salvador: UCA Editores, 1989.

NÚCLEO DE PROCESSAMENTO DE DADOS – NPD/Ufes.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre 16(2): 5-22, 1990.

SINGER, Paul. *Aprender Economia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. Os usos do Gênero. *Relações de Gênero x Relações de Sexo*. São Paulo: Edusp, 1989.

Notas

* Este texto toma como base minha tese de doutorado em Psicologia Social, defendida na PUC-SP, intitulada *Relações de Gênero e Relações de Poder na Universidade - o caso da Universidade Federal do Espírito Santo.*

** Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Mestrado em Psicologia da UFES.

1 "República da Ignorância", *Folha de S.Paulo*, 28.10.1991.

2 No Brasil, Carlos Langoni, que trabalha no espírito dessa teoria neoclássica, aventou a hipótese de que, em função da introdução da tecnologia moderna, a partir dos anos sessenta, a demanda por mão-de-obra de nível superior cresceu mais do que a demanda por analfabetos e pessoas com apenas o curso primário. *Capital humano* é, na prática, escolaridade. Aqueles que ficam mais tempo na escola, "sacrificando-se" ao gastarem com material escolar e abrindo mão dos salários que ganhariam se, em vez de estudarem tivessem trabalhado, estariam, na verdade, fazendo um investimento em *capital humano*, análogo ao investimento de alguém que aplica na bolsa de valores ou investe em imóveis. (Apud Singer, 1983:79)

3 1ª a 4ª série: 95,8% de mulheres; 5ª a 8ª série: 83,7% de mulheres; 2º grau: 74,1% de mulheres. Cf. *Folha de S.Paulo*, 13.06.93, p. 1 (Indifolha)

4 Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitor de Administração, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitor de Extensão, Pró-Reitora de Graduação, Secretário de Comunicação e Produção Cultural, Secretário de Assuntos Comunitários, Secretário de Produção e Difusão Cultural, Assessor de Planejamento Estratégico, Assessor de Comunicação Social, Assessor de Projetos Especiais, Assessor de Projetos Institucionais, Assessor de Intercâmbio Interinstitucional, Assessora de Relações Internacionais, Assessora de Convênios, Procurador Geral, Ouvidor Geral (Ombudsman), Coordenador da CEUNES, Diretora da Biblioteca Central, Diretora do Restaurante Universitário, Diretora do DRH, diretor do NPD, diretor do DAO, diretor do Instituto de Tecnologia, Diretor do Instituto de Odontologia, diretor do Hospital Universitário e Prefeito Universitário. (28 homens e 6 mulheres)